

Por um Feminismo Plural: escritos de Lélia Gonzalez no Jornal *Mulherio*

Por un Feminismo Plural: escritos de Lélia Gonzalez en el periódico Mulherio

Writings by Lélia Gonzalez in the Newspaper Called Mulherio: a cry for feminisms

Luana Diana dos Santos

Resumo: neste trabalho, é apresentado o perfil de militância da intelectual Lélia Gonzalez, referência nos movimentos negros e de mulheres no Brasil. O *corpus* foi composto por cinco artigos publicados no jornal *Mulherio*, periódico feminista no qual Lélia atuou como articulista e membro da Comissão Editorial, entre os anos de 1981 e 1983.

Palavras-chave: feminismo, militância, mulheres.

Resumen: en este trabajo, se presenta el perfil de militancia de la intelectual Lelia Gonzalez, referencia en los movimientos negros y de mujeres en Brasil. El *corpus* de análisis que subsidió este abordaje ha sido cinco artículos que Leila publicó en el periódico *Mulherio*, periódico feminista en el que ella actuó como cronista y miembro de la Comisión Editorial, entre los años 1981 y 1983.

Palabras clave: feminismo, militancia, mujeres.

Abstract: this paper renders a profile of Lélia Gonzalez's intellectual militancy. Lélia Gonzalez is a major reference in the black and women's social movements in Brazil. The analyzed *corpus* comprised five articles by Lélia Gonzales published in *Mulherio*, a feminist newspaper. Ms. Gonzalez collaborated as a columnist and as a member of the editorial committee of *Mulherio* from 1981 to 1983.

Keywords: feminism, militancy, women.

Luana Diana dos Santos é Especialista em Estudos Africanos e Afro-brasileiros (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC). **E-mail:** luanatolentino@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Em setembro de 2011, nas dependências da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, tive o privilégio de participar do lançamento

¹ PAIXÃO, Marcelo; ROS-SETO, Irene; MONTOVANELLE, Fabiana; CARVANO, Luiz Marcelo. *Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil; 2009-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011, 292p.

do livro *Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil (2009-2010)*¹. A plateia composta majoritariamente por estudantes brancos, em um misto de desconforto e incredulidade, ouvia os resultados do estudo organizado pelo professor e pesquisador da UFRJ, Marcelo Paixão. De acordo com a pesquisa, passados mais de 120 anos da assinatura da Lei Áurea,

são latentes a distância que separa brancos e não brancos no Brasil, no que diz respeito ao acesso à justiça, emprego, educação e saúde. Tais questões mostram a necessidade de medidas e ações capazes de reverter o quadro de exclusão e marginalização a que foram submetidos homens e mulheres negros desde o advento da colonização, perpetrado pelos portugueses a partir da segunda metade do século XVI.

Ainda que o caminho a ser percorrido para a construção de uma sociedade democrática, que garanta aos afro-brasileiros igualdade de participação e escolha, seja longo e tortuoso, não podemos negar que, principalmente nas últimas duas décadas, os esforços empreendidos pelo movimento social negro, órgãos da sociedade civil e partidários da igualdade racial, culminaram com avanços que deixam a certeza de que a tão esperada “segunda abolição” está em curso e é realizada cotidianamente por meio de ações individuais e coletivas.

A criação da Secretaria da Igualdade Racial e a implementação da Lei 10.639, em 2003; a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, em 2010 e, mais recentemente, a adoção do sistema de cotas no ensino superior deixam às claras que vivemos num momento de conquistas de direitos em benefício da população negra.

Na condição de mulher, negra, feminista e cidadã, pretendo contribuir, mesmo que timidamente, para o processo de valorização e reconhecimento de minhas “irmãs de cor” e, conseqüentemente, para

a formação de um Brasil mais justo. Assim, por meio deste trabalho, tenciono registrar uma passagem da militância da intelectual Lélia de Almeida Gonzalez (1935-1994), a qual, entre os anos de 1981 e 1984, compôs o conselho editorial do jornal *Mulherio* (1981-1988)², uma das publicações mais importantes do movimento feminista brasileiro. Com base em 5 (cinco) artigos publicados no referido periódico, apresentarei o pensamento de Lélia e sua luta pelo protagonismo da mulher negra e pela construção de um feminismo plural, de modo que as especificidades e reivindicações das afro-brasileiras pudessem ser discutidas e asseguradas.

² A coleção completa encontra-se digitalizada na página da Fundação Carlos Chagas: www.fcc.org.br/conteudosespeciais/mulherio/historia.html
Acesso: 20/03/2013.

Na época, compunham a equipe do *Mulherio* figuras proeminentes da intelectualidade e do movimento de mulheres brasileiro, como Eva Alterman Blay, Fúlvia Rosemberg, Cristina Bruschini, Ruth Cardoso, Heleieth Saffioti, Maria Rita Kehl, dentre outras. Lélia era a única mulher negra a participar do projeto mantido pela Fundação Carlos Chagas. Seus “artigos-provocações”- maneira pela qual denomino a produção intelectual de Lélia Gonzalez no jornal -, versam sobre a discriminação racial, o processo de exclusão sofrido pelas mulheres negras na sociedade, o emprego doméstico e suas raízes históricas - temas pouco debatidos no seio do movimento feminista.

Sabemos que, por vezes, a relação entre mulheres brancas e negras no movimento de mulheres também é conflituosa. Talvez por isso, Lélia tenha sido chamada por diversas vezes, durante sua militância, de “criadora de caso”. Diante dessas questões, vieram-me algumas perguntas: como terá sido a passagem de Lélia pelo *Mulherio*? Como era a sua relação com as demais companheiras? De que maneira suas ideias eram vistas?

Infelizmente, nem todas estas perguntas (ainda!) não foram respondidas da maneira como eu gostaria, porém, as primeiras descobertas são animadoras e só reforçam a importância de Lélia Gonzalez para nós mulheres negras e para todos aqueles e aquelas que defendem a equidade racial no país.

1. De Lélia de Almeida a Lélia Gonzalez

Filha de um operário e de uma empregada doméstica, Lélia de Almeida nasceu na cidade de Belo Horizonte/Minas Gerais, em 1º de fevereiro de 1935. O sobrenome Gonzalez, com o qual se tornou conhecida, é fruto do casamento com o espanhol Luiz Carlos Gonzalez nos anos de 1960 (RATTS; RIOS, 2010, p.55). Aos oito anos de idade, Lélia saiu da capital mineira com toda a família em direção ao Rio de Janeiro, onde permaneceu até o fim de sua vida, em julho de 1994. Como ocorre a uma parcela considerável da população negra do sexo feminino, Lélia passou pelo emprego doméstico, destino de boa parte das mulheres negras do país, conforme relatou em uma entrevista concedida ao jornal *O Pasquim*, no ano de 1986³:

Quando criança, eu fui babá de filhinho de madame, você sabe que criança negra começa a trabalhar muito cedo. Teve um diretor do Flamengo que queria que eu fosse para casa dele ser uma empregadinha, daquelas que viram cria da casa. Eu reagi muito contra isso então o pessoal terminou me trazendo de volta para casa(n° 871, p. 8).

Apesar das dificuldades, Lélia concluiu o ensino médio em 1954, no Colégio Pedro II, tradicional escola carioca. Quatro anos depois, graduou-se em História e Geografia (1958) e logo em seguida, em 1962, torna-se filósofa. Formada, passa a lecionar em instituições de reconhecido prestígio do Rio de Janeiro (VIANA, 2006, p.49). Também em meados de 1960, Lélia exerce a função de tradutora de livros em francês de Filosofia e Psicanálise para o português⁴. O trabalho acadêmico permitiu a ascensão social de Lélia Gonzalez: de babá e empregada doméstica na infância e parte da adolescência à professora universitária, alcançando assim a condição de negra de classe média, fato raro na década de 1970.

³ Edição localizada no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

⁴ Livros traduzidos por Lélia Gonzalez: HUISMAN, Dennis; VERGEZ, André. *Compêndio moderno da Filosofia*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1973. ————. *Curso Moderno de Filosofia: introdução a filosofia das ciências*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1975. MANONNI, Octave. *Freud e a psicanálise*. Rio de Janeiro, 1976.

Autora de dois livros, *Lugar de negro*, de 1982 (em coautoria com Carlos Hasenbalg) e *Festas Populares no Brasil*, publicado em 1987, Lélia Gonzalez foi responsável por um momento representativo na história da população negra no Brasil: ao lado de outros militantes, fundou o Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (MNUCDR, sigla mais tarde reduzida para MNU), em 1978, entidade que denunciou a falácia do mito da democracia racial e reivindicou o fim da violência e da discriminação sofrida pelos negros cotidianamente, além de exigir políticas públicas e igualdade de participação para a população afrodescendente. Conforme a historiadora Cláudia Pons Cardoso, Lélia Gonzalez foi pioneira ao questionar o feminismo, cujas bases são calcadas no movimento de mulheres europeu, excluindo, dessa forma, em suas plataformas de ação mulheres negras e indígenas (2012, p. 113). Influenciada pelas ideias de Frantz Fanon (2008), Lélia defendia a descolonização do movimento feminista nacional e conseqüentemente a fundação de um “Feminismo Afrolatinoamericano”, expressão cunhada pela própria Lélia.

A produção intelectual de Lélia Gonzalez apresenta-se como parte necessária da luta pela libertação de todas as pessoas oprimidas e/ou exploradas, na busca pela descolonização de suas mentes (HOOKS, 1995, p.464). O registro desta intensa trajetória permite-nos apontar Lélia Gonzalez como uma “intelectual contemporânea”, conforme Said (2004):

indivíduos e grupos que lutam por justiça social e igualdade econômica, e que compreendem (...) que a liberdade deve incluir o direito a todo um conjunto de escolhas que propiciem desenvolvimento cultural, político, intelectual e econômico, *ipso facto* conduzirá o indivíduo a um desejo de articulação em posição ao silêncio. Esse é o idioma funcional da vocação intelectual. O intelectual se encontra, portanto, em uma posição de possibilitar e incrementar a formulação dessas expectativas e desejos (*apud* MORAES, p. 39).

Lélia faleceu no dia 10 de julho de 1994 na cidade do Rio de Janeiro, em decorrência de problemas cardiovasculares. Nos seus intensos 59 anos de vida, nossa focalizada conseguiu imprimir novas

cores à imprensa e ao feminismo no Brasil, que na maior parte de sua história foi monocromático.

2. O *Mulherio* no Cenário da Imprensa Feminista no Brasil

Seguindo uma tendência da imprensa feminista da década de 1980, o *Mulherio* surgiu no seio de uma organização não governamental – a Fundação Carlos Chagas (CARDOSO, 2004, p.20). Havia, na FCC, um núcleo de pesquisadoras sobre a condição feminina. O jornal nasceu com a finalidade de ser um canal de comunicação entre os trabalhos realizados pelo Grupo e outras instituições que se dedicavam às questões de gênero.

Nas páginas do *Mulherio*, estavam presentes temas considerados tabus para a época, como a legalização do aborto, métodos contraceptivos e o planejamento familiar. A defesa dos direitos da mulher e as condições de trabalho também eram uma constante, incluindo-se, ainda, comportamento, o panorama político, cultural e econômico da época. A venda de assinaturas possibilitou a circulação do jornal pelos quatro cantos do país. Durante uma conversa, a professora Constância Lima Duarte, moradora da cidade de Natal (RN) na década de 1980, revelou comprar uma grande quantidade de exemplares do *Mulherio* para revender entre as suas colegas da Universidade.

O conselho editorial era composto por profissionais com grande destaque em suas áreas de atuação e no movimento feminista como: Fúlvia Rosemberg (responsável pelo projeto), Adélia Borges (editora), Carmem Barroso, Carmem da Silva, Heleieth Saffioti, Maria Rita Kehl, Ruth Cardoso, Maria Carneiro da Cunha, Elizabeth Lobo, Lucia Castello Branco, e ela, Lélia Gonzalez.

A edição número 0 foi um aperitivo para o que se tornaria um dos jornais feministas com o maior número de edições – foram publicadas 36 entre os anos de 1981 a 1988. No editorial de estreia, Adélia Borges, redatora da publicação, explica o porquê do nome *Mulherio*:

Mulherio. Quase sempre, a palavra é empregada no sentido pejorativo, associada a histerismo, gritaria, chatice, fofocagem, ou então, “gostosura”. Mas qual é a palavra relacionada à mulher que não tem essa conotação? O próprio verbete “mulher” é apresentado no dicionário de forma especial. Segundo o consagrado Aurélio Buarque de Holanda, mulher é: “1. Pessoa do sexo feminino, após a puberdade; 2. Esposa”. Em seguida à definição, vêm as mesmas posições usualmente feitas com a palavra: “à toa”, “da comédia”, “da rua”, “da vida”, “da zona”, “da rótula”, “do fado”, “errada”, “perdida”, etc. - todas sinônimo de meretriz. As três exceções. “mulher de César” (de reputação inatacável), “mulher do piolho” (muito teimosa) e a cinematográfica “mulher fatal”. Consulte no mesmo dicionário as composições feitas com o verbete “homem”: “de ação”, “de bem”, “de Estado”, “de letras”, “de negócios”, etc.

Mulherio, por sua vez, nada mais é do que “as mulheres” ou “uma grande porção de mulheres”. E o que somos, é o que este jornal será. Sim, nós vamos nos assumir como o Mulherio e, em conjunto, pretendemos recuperar a dignidade, a beleza e a força que significam as mulheres reunidas para expor e debater seus problemas. De uma maneira séria e consequente, mas não mal-humorada, sizuda ou dogmática. (“Por que Mulherio?”. *Mulherio*. Ano I, nº 0, março/abril de 1981, p. 1).

No número de estreia, o *Mulherio* contava com apenas quatro páginas. A partir do número 1, a edição deixa de ser um pequeno boletim e assume o caráter de tabloide, com um número de páginas que variava entre 16 a 24. Nos três primeiros anos de publicação, *Mulherio* foi editado regularmente a cada dois meses, com o apoio da Fundação Ford. Até então, o jornal era muito bem sucedido, com repercussão positiva não só no Brasil, mas também no exterior. Contudo, a partir da edição número 15, com o fim da parceria com a Ford, o jornal inicia um período de incerteza, acarretando sua interrupção durante sete meses.

No retorno, há muitas mudanças, inclusive no corpo editorial. Lélia Gonzalez, assim como as suas companheiras que deram início à publicação, deixa o *Mulherio*. Entre 1981 e 1984, período em que foi colaboradora do jornal, Lélia publicou 5 (cinco) artigos abordando questões como a discriminação racial, o processo de marginalização sofrido pelas mulheres negras na sociedade, o emprego doméstico e suas raízes históricas, temas pouco debatidos no seio do movimento feminista.

Sem o apoio da fundação norte-americana, o *Mulherio* ainda foi editado por mais quatro anos. A falta de recursos inviabilizou a continuidade do jornal, que chegou ao fim em 1988.

3. Por um Feminismo Plural

A necessidade da inserção da temática racial no seio do movimento feminista do Brasil ganhou novos contornos a partir da década de 1980. As mulheres negras encontravam-se diante de uma encruzilhada. Se por um lado as implicações das reminiscências do período escravocrata na vida das mulheres negras ganhavam pouco espaço no movimento feminista, por outro o pensamento machista e patriarcal do Movimento Negro impedia a inclusão do fator gênero no projeto político da organização. O processo de abertura política vivido no período permitiu o surgimento de grupos e organizações de mulheres negras, essenciais para o debate acerca da posição de subalternidade na qual estavam inseridas as afrodescendentes, dentro e fora do movimento de mulheres. Neste sentido, considero a fundação de organizações de mulheres negras como o Grupo Luiza Mahin, no Rio de Janeiro (1980), o Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo (1983) e o Geledés, em São Paulo (1988), um ato de insubordinação, ou nas palavras de Matilde Ribeiro, um desafio, conforme o trecho a seguir:

As mulheres negras em seu processo político entenderam que não nasceram para perpetuar a imagem de “mãe preta”, fizeram desafios. Entenderam que desigualdades são construídas historicamente, a partir de diferentes padrões de hierarquização constituídos pelas relações de gênero e raça que, mediadas pela classe social, produzem profundas exclusões. São combinações de discriminações que geram exclusões, tendo como explicação a perpetuação do racismo e do machismo (2008, p.988).

Lélia, ao problematizar e denunciar em seus artigos as questões referidas, com garra e coragem imprime novas cores às páginas do *Mulherio* e, conseqüentemente, ao movimento feminista. Por intermédio de seus textos, busca a pluralidade do movimento de mulheres que, em sua

luta pela inclusão feminina na sociedade, muitas vezes excluiu ou tratou a mulher negra como um ser invisível em suas reivindicações.

Por meio da leitura de seus artigos, é possível um maior entendimento do pensamento de Lélia Gonzalez, das questões por ela discutidas e sua luta por uma efetiva democracia racial e, sobretudo, pelo protagonismo e valorização da mulher negra. Para tanto, Lélia faz uso de uma linguagem coloquial, sem compromisso com a norma culta, uma marca registrada em seus textos. Tais recursos não desqualificam sua produção; pelo contrário, evidenciam o seu compromisso com os seus, uma vez que ela possuía consciência de que os sujeitos a quem ela buscava dar voz, em sua maioria, estavam à margem do meio acadêmico.

O mito da democracia racial, ideologia forjada nos anos 30 do século passado, incutiu no imaginário popular a ideia de que a miscigenação é fruto da convivência harmoniosa existente entre indígenas, brancos e negros, conforme defendido por Gilberto Freyre na obra “Casa Grande e Senzala” (2004). Em seu primeiro artigo publicado no *Mulherio*, Lélia rebate com veemência essa tese, apontando o “cruzamento de raças” como fruto da violência e estupro praticados pelos portugueses contra as mulheres negras no período colonial:

É por aí que a gente deve entender que esse papo de que a miscigenação é a prova da “democracia racial” brasileira não está com nada. Na verdade, o grande contingente de brasileiros mestiços resultou de estupro, de violentação, de manipulação sexual da escrava. Por isso existem os preconceitos e os mitos relativos a mulher negra: de que ela é mulher fácil, de que é boa de cama (*Mulherio*, ano I, nº 3, setembro/outubro de 1981, p. 9).

O artigo/provocação/denúncia “*E a trabalhadora negra, cumé que fica*” expõe várias questões. Primeiro, o uso da linguagem coloquial observado já no título. Segundo Elizabeth Vianna (2006), a escrita sem rebuscamento de Lélia era uma tentativa de aproximação das camadas populares que, invariavelmente, não tinha acesso à sua produção intelectual. Outro ponto que podemos mencionar é a denúncia do tratamento dispensado

às mulheres negras no mercado de trabalho. Para Lélia, as empregadas domésticas se assemelhavam às “mucamas” do período escravocrata:

Nossa situação atual não é muito diferente daquela vivida por nossas antepassadas: afinal, a trabalhadora rural de hoje não difere muito da “escrava do cito” de ontem; o mesmo poderia dizer-se da vendedora ambulante, da “joaninha” da servente ou da trocadora de ônibus de hoje, é a escrava de ganho de ontem. (...) O 13 de maio trouxe benefícios para todo mundo, menos para massa trabalhadora negra (*Mulberio*, ano I, nº 4, novembro/dezembro de 1981, p. 9).

A produção de Gonzalez revela uma mulher à frente do seu tempo. Na década de 1980, ela já questionava a representação do negro nos livros didáticos, a ausência da população negra e dos indígenas nos Anais da História e a perpetuação dos privilégios - característica marcante da sociedade brasileira:

Estamos cansados de saber que nem na escola, nem nos livros onde mandam a gente estudar, não se fala da efetiva contribuição das classes populares, da mulher, do negro, do índio na nossa formação histórica e cultural. Na verdade, o que se faz é folclorizar todos eles. E o que é que fica? A impressão de que só homens, os homens brancos, social e economicamente privilegiados, foram os únicos a construir este país. A essa mentira tripla dá-se o nome de sexismo, racismo e elitismo. E como ainda existe muita mulher que se sente inferiorizada diante do homem, muito negro diante do branco e muito pobre diante do rico, a gente tem mais é que mostrar que não é assim, né? (*Mulberio*, ano II, nº 5, janeiro/fevereiro de 1982, p. 3).

Ao utilizar o *Mulberio* como fonte para o resgate da trajetória intelectual da antropóloga mineira, corroboramos com Schwarcz (1987, p.16) ao considerar o “jornal como fonte histórica bastante completa e complexa, já que nele convergem posições e opiniões diversas e representativas devido ao momento histórico recortado”.

4. Lélia, seus Escritos e o *Mulberio*: apenas um começo

No clássico “A mulher na sociedade de classes”, Heleieth Saffioti (1976, p. 105) aponta a necessidade de o movimento feminista “ampliar a

consciência de seus problemas e de não se deixar contentar com a mera conquista de direitos civis e políticos”. Lélia Gonzalez sabia disso.

Ao esmiuçar os seus textos e buscar outros caminhos que permitam recuperar toda ou parte de sua trajetória como colaboradora do *Mulberio*, me deparei com uma mulher corajosa, intensa, desafiadora, que tinha consciência da necessidade de inclusão do quesito raça nos debates e reivindicações do movimento de mulheres, permitindo dessa forma a “revalorização da mulher negra, tão massacrada e inferiorizada por um machismo racista, assim como por seus valores estéticos europocêntricos” (“Beleza negra, ou: ora-yê-yê-ô.”. *Mulberio*, ano II, nº 6, março-abril de 1982, p. 3).

Em julho de 2013, fiz uma pesquisa prévia na sede da Fundação Carlos Chagas, em São Paulo. As atividades foram encerradas com um almoço. Tive o privilégio de estar com algumas contemporâneas de Lélia dos tempos do *Mulberio*⁵. Os adjetivos atribuídos aqui à Lélia Gonzalez foram endossados pelas presentes, cujos depoimentos serão essenciais para realização deste trabalho.

⁵ Sou extremamente grata à Arlene Ricoldi e à Wilma Felinto, que viabilizaram esse encontro essencial para esta pesquisa.

Mesmo que a pesquisa aqui apresentada esteja em sua fase inicial, fica uma certeza: Lélia teve uma importância inenarrável para as discussões acerca de gênero e raça, para nós mulheres negras e para todos e todas que desejam um país erguido sob as bases da democracia e da justiça social. Lélia VIVE!

REFERÊNCIAS

BARRETO, Raquel de Andrade. *Enegrecendo o feminismo ou feminizando a raça: narrativas de libertação em Ângela Davis e Lélia Gonzalez*. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura). PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2005.

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. *Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o feminismo: a situação da mulber negra na América Latina a partir da perspectiva de gênero*. UNIFEM. Disponível em: <http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000690.pdf> Acesso: 20/03/2013.

CARNEIRO, Sueli. “Gênero e raça”. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Org.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: FCC: Editora 34, 2002.

CARDOSO, Cláudia Pons. *Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras*. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

CARDOSO, Elizabeth da Penha. *Imprensa feminista brasileira pós-74*. Dissertação (Mestrado em Jornalismo). Escola de Comunicação e Artes, USP, 2004. Disponível em:

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27142/tde-17052004-165710/pt-br.php> Acesso: 20/03/2013.

FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: EdUnB, 1993.

GONZALEZ, Lélia. Mulher negra. *Mulberio*, São Paulo, ano I, nº 3, 1981, p. 4.

_____. De Palmares às escolas de samba, estamos aí. *Mulberio*, São Paulo, ano II, n. 5, jan/fev., 1982. p. 3.

_____. Beleza negra, ou ora yê-yê-ô. *Mulberio*, São Paulo, ano II, n. 6, mar/abr., 1981, p. 4.

_____. E a trabalhadora negra, cumê que fica? *Mulberio*, São Paulo, ano II, n. 7, mai/jun., 1982, p. 4.

HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HOOKS, BELL. Intelectuais Negras. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 464-478, 1995.

JAGUAR, Lélia Gonzalez. *O Pasquim*. São Paulo, n. 871, p. 8-10.

RATTS, Alex & RIOS, Flávia. *Lélia Gonzalez*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras brasileiras: de Bertioiga a Beijing. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 3 n., p. 446-457, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.

SAID, Edward. “O papel público de escritores e intelectuais”. In: MORAES, Dênis de. *Combates e utopias*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SOARES, Vera. “O verso e o reverso da construção da cidadania feminina branca e negra no Brasil”. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio; HUNTLEY, Lynn (Org.). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 257-282.

TAMIÃO, Juliana Segato. *Escritas feministas: os jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio (1975-1988)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp111835.pdf>
Acesso: 20/03/2013

VIANA, Elizabeth do Espírito Santo. *Relações raciais, gênero e movimentos sociais: o pensamento de Lélia Gonzalez (1970-1990)*. Dissertação (Mestrado em História Comparada). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal da UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.